

Sumário

Sobre Cristiano	11
Palavras Prévias – 12ª edição	25
Prefácio.....	63
 Capítulo I ► Conceito da Responsabilidade Civil. Do Filosófico ao Tecnológico	 67
1. Conceito da Responsabilidade Civil	68
2. A polissemia da responsabilidade civil: uma agenda para os próximos anos.....	70
 Capítulo II ► Princípios da Responsabilidade Civil	 75
1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	76
2. Princípio da solidariedade	81
3. Princípio da prevenção	84
4. Princípio da reparação integral.....	87
 Capítulo III ► Evolução Histórica, Política e Filosófica da Responsabilidade Civil	 91
1. Evolução histórica da responsabilidade civil	92
2. Fundamentos filosóficos da responsabilidade civil.....	98
3. Fundamentos políticos da responsabilidade civil.....	101
 Capítulo IV ► As Funções da Responsabilidade Civil	 105
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	106
2. A função compensatória	111
3. A função punitiva	115
4. A função Restitutória – <i>Disgorgement</i> e lucro da intervenção	121
5. A função precaucional.....	128
6. A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea.....	135
 Capítulo V ► Modalidades de Responsabilidade Civil	 139
1. A clássica dicotomia: responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente “civil”)	140
1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades	142
1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial.....	143
1.3 O concurso de responsabilidades	150
1.4 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	153
1.4.1 Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato.....	156
1.4.2 A violação de deveres anexos	159

1.4.3	A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação.....	160
1.4.4	A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação.....	167
1.4.5	A responsabilidade civil transsubjética e os deveres anexos.....	171
1.4.6	O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	172
1.4.7	O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	178
1.5	Conclusão.....	182
2.	Responsabilidade civil e penal.....	184
2.1	Fundamentos da separação de responsabilidades.....	184
2.2	A confluência entre os ilícitos penal e civil.....	187
2.2.1	A culpa no direito civil e no direito penal.....	189
2.2.2	O dano.....	192
2.2.3	A tipicidade.....	193
2.3	A interseção entre a jurisdição civil e a criminal.....	195
2.3.1	Relativa independência de jurisdições.....	195
2.3.2	Repercussão civil da decisão penal condenatória.....	196
2.3.3	Repercussão civil da decisão penal absolutória.....	201
2.3.4	Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes?.....	203
2.4	Excludentes de ilicitude.....	206

Capítulo VI ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Subjetiva .. 209

1.	Introdução.....	210
1.1	Acepções da responsabilidade civil.....	210
1.2	Pressupostos da responsabilidade civil.....	212
2.	O ilícito civil.....	213
2.1	A caracterização do ilícito como fato jurídico.....	213
2.2	A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito.....	214
2.3	A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito.....	216
2.4	Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil?.....	219
2.5	O fato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude culposa).....	225
2.6	Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?.....	227
2.7	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito.....	228
2.8	Excludentes de ilicitude civil.....	235
2.8.1	Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC).....	238
2.8.1.1	Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo.....	239
2.8.1.2	Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo.....	240
2.8.2	Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930).....	241
2.8.2.1	Pressupostos da legítima defesa.....	243
2.8.2.2	Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente.....	245

2.8.2.3	Legítima defesa de terceiro	246
2.8.2.4	Legítima defesa putativa	247
2.8.3	Exercício regular de um direito (art. 188, I).....	248
2.8.4	Estrito cumprimento do dever legal	250
2.8.5	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	252
3.	A culpa.....	253
3.1	A culpa e a responsabilidade civil	253
3.2	A evolução do significado de culpa civil	255
3.3	A culpa presumida	259
3.4	A graduação da culpa.....	262
3.4.1	A graduação da culpa médica no período de pandemia	269
3.5	O ilícito e a culpa.....	272
3.6	A mitigação da reparação por equidade.....	273
3.7	O renascimento da culpa	277
4.	O abuso do direito	283
4.1	O abuso do direito como ato ilícito.....	283
4.2	Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito?	291
4.3	O abuso do direito como cláusula geral.....	297
4.4	O intuito de prejudicar é necessário?	298
4.5	As hipóteses legais de abuso de direito	300
4.5.1	Fim econômico ou social.....	300
4.5.2	Boa-fé	301
4.5.3	Bons costumes	302
5.	O dano	304
5.1	O dano como elemento nevrálgico da responsabilidade civil	304
5.2	O conceito de dano	307
5.3	O dano e a técnica da ponderação de interesses.....	311
5.4	A travessia do ato ilícito ao dano injusto	316
5.5	A medida dos danos.....	318
5.6	O dano patrimonial.....	323
5.6.1	O dano patrimonial e o pessoal	326
5.6.2	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance	327
5.6.2.1	Os danos emergentes (dano positivo)	327
5.6.2.2	Os lucros cessantes (dano negativo).....	330
5.6.2.3	A perda de uma chance.....	335
5.6.2.3.1	Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem	336
5.6.2.3.2	Perda de uma chance de se evitar um prejuízo	340
5.6.2.3.3	Perda de uma chance como espécie de dano emergente.....	343
5.6.3	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial	346
5.6.3.1	Dano reflexo ou em ricochete.....	346
5.6.3.2	Danos certos ou incertos	348

5.6.3.3	Danos presentes e futuros.....	349
5.6.3.4	A indenização preventiva	351
5.6.4	Danos patrimoniais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis.....	356
5.6.4.1	Verbas compensáveis.....	356
5.6.4.2	Verbas não compensáveis	358
5.6.5	<i>Compensatio lucri cum damno</i>	359
5.6.6	A legitimidade para exigir o dano patrimonial.....	365
5.6.6.1	A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação.....	365
5.6.6.2	Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar.....	366
5.6.6.3	Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais?.....	368
5.6.7	Lesão que cause incapacidade para o trabalho	369
5.7	O dano extrapatrimonial	373
5.7.1	Introdução.....	373
5.7.2	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação	375
5.7.3	Em busca de um conceito – o que é o dano moral?.....	377
5.7.3.1	É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento?.....	378
5.7.3.2	O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana?.....	380
5.7.3.3	Afinal, o que é o dano moral?	383
5.7.4	Do dano moral ao dano extrapatrimonial: Uma proposta tipológica	388
5.7.4.1	O dano estético extrapatrimonial.....	391
5.7.4.2	O dano à imagem extrapatrimonial	392
5.7.4.3	O dano existencial	392
5.7.4.4	O estado da arte do dano moral.....	394
5.7.5	Dano moral – compensação ou indenização?	395
5.7.6	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória e o direito de resposta ...	399
5.7.7	A desmonetização da reparação pelo dano moral	402
5.7.8	O dano moral por inadimplemento obrigacional	408
5.7.9	A titularidade do direito à reparação	411
5.7.9.1	Noções gerais	411
5.7.9.2	A pessoa natural como legitimado ativo	412
5.7.9.3	Os lesados diretos.....	412
5.7.9.3.1	Os lesados diretos desprovidos de discernimento	413
5.7.9.3.2	O nascituro como lesado direto	414
5.7.9.4	Os lesados indiretos.....	419
5.7.9.5	O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados? ...	420
5.7.9.5.1	O dano moral reflexo quando há sobrevivência.....	428
5.7.9.6	A pessoa jurídica como legitimado ativo.....	429
5.7.9.6.1	A empresa e o dano moral	429
5.7.9.6.2	O dano institucional como terceira via	434
5.7.9.7	Os entes jurídicos despersonalizados.....	436
5.7.10	O dano moral coletivo.....	438
5.7.10.1	Introdução	438

5.7.10.2 Nossa opinião: o dano moral coletivo é uma pena civil.....	445
5.8 A valoração e a quantificação do dano moral	451
5.9 A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção	464
5.9.1 Linhas gerais	464
5.9.2 A sanção e a reparação	468
5.9.3 A urgência da pena civil.....	472
5.9.4 As extremas da pena civil.....	474
5.9.5 Critérios de aplicação da pena civil	479
5.9.6 Óbices à incidência da pena civil.....	482
5.10 O dano estético	490
5.10.1 Noções gerais	490
5.10.2 Fundamento constitucional	493
5.11 O dano-morte (dano ontológico)	496
6. O nexo causal.....	500
6.1 Nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil	500
6.2 A concausalidade.....	504
6.3 Teorias do nexo causal.....	506
6.3.1 Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	507
6.3.2 Teoria da causalidade adequada.....	509
6.3.3 Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade	512
6.4 As excludentes da responsabilidade civil.....	517
6.4.1 Força maior – o fortuito, interno e externo	518
6.4.2 O fato exclusivo da vítima.....	526
6.4.3 O fato concorrente e a redução de danos	527
6.4.4 O fato de terceiro.....	531
6.5 Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva)	536
6.6 Causalidade virtual.....	541
7. O nexo de imputação	545
 Capítulo VII ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Objetiva...	551
1. O contexto histórico.....	552
1.1 As bases da teoria subjetiva.....	552
1.2 O alvorecer da teoria objetiva	554
1.3 As primeiras linhas da teoria objetiva.....	556
1.4 A estrutura da teoria do risco	558
1.5 A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida?	561
1.6 A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa?	562
1.7 Culpabilidade e causalidade	564
1.7.1 Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar?.....	565
1.8 A evolução da teoria objetiva no Brasil.....	567
1.8.1 Fase anterior ao Código Civil de 2002	567

1.8.2 A teoria objetiva no Código Civil de 2002: uma radiografia do parágrafo único do artigo 927	570
1.9 A coexistência entre as teorias subjetiva e objetiva	578
1.10 Código Civil de 2002: risco proveito ou risco criado?	579
1.11 Código Civil de 2002: o risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade ..	584
1.12 A presunção de causalidade na teoria do risco.....	590
1.13 O risco criado no Código de Defesa do Consumidor	595
1.14 O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar	598
1.15 A repartição de riscos: o risco concorrente	602
1.16 O risco integral e o risco agravado.....	606
1.17 O risco de empresa ou do empreendimento	612
1.18 O risco e os profissionais liberais	616
1.19 Do risco ao alto risco da atividade	621
1.20 A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar	624
1.21 A responsabilidade objetiva pura e a impura	627
1.22 A securitização da responsabilidade civil.....	629
1.22.1 Responsabilidade: do individual ao social	629
1.22.2 A dinâmica dos seguros de responsabilidade civil	632
1.22.2.1 O contrato de seguro.....	632
1.22.2.2 O seguro privado obrigatório	638
1.22.2.2.1 O DPVAT	639
1.22.2.2.2 O acidente de trabalho.....	643
 Capítulo I ► Responsabilidade Civil por Fato Próprio e por Fato de Outrem	 651
1. Responsabilidade civil por fato próprio.....	652
2. Responsabilidade civil por fato de outrem	656
2.1 Introdução: um tema teoricamente rico e difícil.....	656
2.2 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	660
2.2.1 Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?	662
2.2.2 Solidariedade ou subsidiariedade: a responsabilidade dos pais pelos filhos menores	667
2.2.3 Os pais respondem civilmente pelo dano praticado por menor emancipado? ...	669
2.3 Danos causados por filhos maiores	671
2.4 Direito de regresso	673
2.5 A responsabilidade civil dos incapazes.....	675
3. Responsabilidade dos tutores e curadores	679
3.1 A responsabilidade civil do curador no Anteprojeto de Reforma do Senado: breve contextualização	683
4. Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados	685
4.1 O dano foi causado em razão da função desempenhada?	690
4.2 Outras questões relevantes	691

4.3 A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	693
5. Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais	694
5.1 Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviço.....	694
5.2 Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i>	695
5.3 A polêmica questão do direito de regresso	697
5.4 A questão do <i>homeschooling</i>	698
6. Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos	699
6.1 Contextualização normativa e situações possíveis	700
6.1.1 Danos causados a hóspedes.....	701
6.1.2 Danos causados a empregados do hotel.....	701
6.1.3 Danos causados a terceiros.....	702
7. Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime	703

Capítulo II ► Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa 705

1. Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	706
1.1 A responsabilidade pelo fato da coisa no Anteprojeto de Reforma do Código Civil do Senado.....	709
2. Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936)	712
2.1 Danos causados por animais nas rodovias.....	714
2.2 A visão dos animais como seres dotados de sensibilidade (seres sencientes).....	715
3. Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	719
4. Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	720
4.1 A queda anônima	721
4.2 Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938	722
5. Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos	723
5.1 A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos (danos causados pelo comodatário)	723
5.2 Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	725
5.3 Outras situações possíveis	727
5.3.1 Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	727
5.3.2 Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado	729
5.3.3 O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro)	730

Capítulo III ► Responsabilidade Civil do Estado..... 733

1. A teoria do risco administrativo.....	734
1.1 O forte componente jurisprudencial.....	735
1.2 Irrelevância da licitude do ato estatal.....	737
1.3 Atos de império e atos de gestão: distinção superada	739
2. Quem são os agentes públicos?	740
2.1 Alargamento conceitual e questões conexas.....	741
3. Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos	748
3.1 As chaves hermenêuticas relevantes	749

3.2	Distinguindo atividade econômica de serviço público.....	750
3.3	Serviços públicos sociais.....	751
4.	Excludentes da responsabilidade civil estatal.....	752
5.	Excludentes da ilicitude da ação ou omissão estatal.....	760
6.	Responsabilidade estatal por ato de outrem: subsidiariedade ou solidariedade?.....	764
7.	Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.....	767
7.1	As distorções funcionais do Legislativo e as manifestações populares.....	767
7.2	Atos normativos estatais como origem de danos indenizáveis.....	769
7.3	Responsabilidade civil e dever de legislar: casos de omissão legislativa.....	772
7.4	Imunidade parlamentar.....	774
7.4.1	Responsabilidade do Estado pelos atos praticados à luz da imunidade material.....	774
8.	Responsabilidade civil por atos judiciais.....	776
8.1	Prisões indevidas: dificuldades e critérios hermenêuticos.....	778
8.2	Pode haver responsabilidade civil do magistrado pelos danos?.....	780
8.3	A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial?.....	782
9.	Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	782
9.1	Polêmica doutrinária e jurisprudencial: responsabilidade subjetiva ou objetiva?.....	783
9.2	O nexo causal na responsabilidade civil por omissão.....	788
9.2.1	O nexo causal por omissão na jurisprudência do STF: um exemplo de idas e vindas.....	790
9.2.2	O Estado tinha o dever de evitar o dano?.....	792
9.2.3	A responsabilidade civil estatal por danos ligados à violência urbana.....	793
10.	Responsabilidade civil e (algumas) questões vinculadas à pandemia.....	795
10.1	Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos.....	796
10.2	Covid-19 e pedidos de acesso à informação.....	797
10.3	Covid-19 e prazos de prescrição e decadência.....	798
10.4	Covid-19 e a questão das vacinas (teoria do risco do desenvolvimento).....	798
10.5	A perda de vida de profissionais de saúde no combate à pandemia (Lei n. 14.128/2021).....	801

Capítulo IV ► Responsabilidade Civil e Direito à Imagem 803

1.	Uma época de fotografos e cinegrafistas em todos os lugares: o culto à imagem como valor onipresente.....	804
2.	Contornos conceituais do direito à imagem: compreendendo sua inserção no mundo contemporâneo e traçando diretrizes hermenêuticas.....	806
3.	Contextualizando o uso da imagem alheia: outros critérios possíveis de interpretação.....	816
4.	Contextualização: as estreitas conexões temáticas entre imagem e imprensa.....	822
4.1	Jornalismo investigativo e crimes contra o patrimônio público.....	825
4.2	Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa?.....	826
4.2.1	Responsabilidade subjetiva.....	827
4.2.2	Responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco.....	828
4.3	Quem responde por escritos ofensivos publicados através da mídia?.....	829

4.4	Critérios de ponderação: a busca de soluções constitucionalmente consistentes.....	830
4.4.1	Veracidade da informação jornalística.....	831
4.4.2	Licitude do meio empregado na obtenção da informação.....	833
4.4.3	Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia.....	835
4.4.4	Local e natureza do fato.....	839
4.4.5	Existência de interesse público na divulgação.....	841
4.4.6	Preferência por medidas que não envolvam a proibição prévia da divulgação...	843
5.	Dano moral e televisão: agressões à imagem na guerra por audiência.....	845
5.1	Programas de humor.....	847
6.	Biografias não autorizadas.....	849
7.	<i>Hate speech</i>	852
8.	Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades.....	853
Capítulo V ► Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo		859
1.	O impacto do CDC no direito privado brasileiro.....	860
2.	Diálogo com a Constituição: fundamentos do CDC.....	863
3.	A redução qualitativa da autonomia da vontade na órbita patrimonial.....	871
4.	Responsabilidade civil nas relações de consumo: feições específicas.....	878
4.1	Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço.....	879
4.1.1	Vício do produto.....	880
4.1.2	Vício do serviço.....	882
4.1.3	Fato do produto.....	883
4.1.4	Fato do serviço.....	884
4.2	Perigo intrínseco.....	886
4.3	Prazo decadencial do vício e prazo prescricional do fato.....	887
4.4	Outras questões relevantes.....	889
5.	Prescrição e decadência: a disciplina no CDC.....	895
5.1	Decadência: vício do produto ou serviço.....	896
5.2	Prescrição: fato do produto ou serviço.....	898
5.2.1	A teoria da <i>actio nata</i> no STJ.....	901
5.2.2	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	905
5.3	Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor.....	906
5.4	Direito ao tempo “útil” e as relações de consumo.....	907
6.	Excludentes de responsabilidade civil: quais são aceitas nas relações de consumo?.....	908
7.	A Lei do Superendividamento.....	916
Capítulo VI ► Responsabilidade Civil Digital		919
1.	Os breves (e espantosos) passos da internet.....	920
2.	Rumo a uma sociedade sem papel? A progressiva desmaterialização dos bens na sociedade da informação.....	923
2.1	Os múltiplos e simultâneos focos de emissão da informação: mudanças no perfil social do ser humano.....	925

3. O mundo digital como um mundo fundamentalmente colaborativo	926
3.1 Características colaborativas do universo digital: da Wikipedia ao <i>crowdfunding</i>	928
4. Uma multiplicidade crescente de negócios jurídicos praticados via internet	929
4.1 Pensando o CDC para o comércio eletrônico	930
4.2 O olhar jurisprudencial brasileiro para a internet	932
4.3 O novo comércio eletrônico na atualização do CDC	933
5. O mundo virtual e seus danos (bastante reais)	936
5.1 O <i>cyberbullying</i>	938
6. Responsabilidade civil dos provedores: especificidades	939
6.1 Dever de retirada imediata do conteúdo ofensivo e questões conexas	940
6.2 Dever de guarda dos dados identificadores dos usuários e questões probatórias conexas	944
6.3 Responsabilidade dos provedores de pesquisa virtual pelos resultados das buscas	947
7. Marco Civil da Internet	948
8. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	956
9. Algumas questões sobre a Inteligência Artificial e os algoritmos	976

Capítulo VII ► Responsabilidade Civil na Área Médica **983**

1. A saúde no Estado dos direitos fundamentais	984
2. A medicina do século XXI: avanços e perspectivas	987
3. Os danos causados no exercício da medicina: contextualização e peculiaridades	989
4. A responsabilidade subjetiva dos médicos: especificidades e modos de caracterização	994
5. A complexa questão probatória na responsabilidade civil médica	1000
5.1 Perda da chance e atividade médica	1002
6. A relação médico e paciente como uma relação de consumo: consequências hermenêuticas da aplicação do CDC	1004
6.1 Planos de saúde: experiência brasileira contemporânea	1007
7. Responsabilidade dos hospitais por atos dos médicos: regime especial	1019
8. Danos sofridos em hospitais públicos ou postos de saúde	1022
8.1 Serviços públicos sociais x serviços de relevância social	1024
9. Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos	1025
9.1 Obrigações de meio	1025
9.2 Obrigações de resultado	1027
9.2.1 Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente	1027
9.2.2 Procedimentos de natureza mista	1029
9.3 A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos?	1030
10. Importância do princípio da função social dos contratos na interpretação da matéria	1033
11. Uma consideração diferenciada em relação aos bens jurídicos não patrimoniais	1035

Capítulo VIII ► Responsabilidade Civil dos Advogados **1041**

1. Contornos conceituais da advocacia e imunidade profissional: alcance e conteúdo	1042
--	------

2. Danos relacionados ao exercício da capacidade postulatória	1046
2.1 Dever de sigilo: o que compreende e até onde vai	1048
3. Compreendendo a natureza e os limites da responsabilidade civil dos advogados: é necessária a prova da culpa pela vítima?	1049
4. Perda da chance: uma categoria conceitual progressivamente adotada em relação aos advogados	1052
5. Seguro de responsabilidade civil	1054
6. Obrigações de meio e resultado: especificidades em relação aos advogados e indagação acerca da adequação teórica do dualismo	1055
7. A questão do Código de Defesa do Consumidor: posição do STJ	1057

Capítulo IX ► Responsabilidade Civil das Empresas de Estacionamento e demais Encarregados da Guarda ou Vigilância de Veículos .. 1063

1. Um amor (brasileiro?) por carros	1064
2. Uma realidade contemporânea: a necessidade da guarda de veículos em locais presumivelmente seguros	1064
3. Empresas de estacionamento: compreendendo as excludentes	1066
4. Irrelevância da gratuidade ou da realização de negócios jurídicos conexos	1070
5. Outras situações possíveis: manobristas de restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, postos de combustíveis etc.	1072
6. Estacionamentos de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público	1074
6.1 A questão da chamada “faixa azul”	1076
7. Estacionamentos gratuitos ofertados por entes, personalizados ou não, sem fins lucrativos	1077

Capítulo X ► Responsabilidade Civil dos Estabelecimentos Bancários e Securitários 1079

1. Contextualização e linhas gerais: migração do mundo físico-convencional para o universo digital	1080
2. Bancos como fornecedores de serviços à luz do CDC	1080
3. Os poderes privados na sociedade contemporânea: construindo um paradigma contratual que se distancia dos moldes clássicos	1083
4. Danos possíveis e comuns nas relações entre bancos e clientes	1086
4.1 Cartões de crédito e débito	1087
4.2 Roubos ou furtos em cofres alugados	1089
4.3 Fraudes ocorridas na internet	1090
4.4 Outras situações de danos indenizáveis	1091
5. Uma análise rigorosa e restrita acerca das excludentes de responsabilidade civil: os riscos da atividade	1095
5.1 Assaltos relacionados à atividade bancária: em que casos o banco responde civilmente?	1096
5.2 Não cabe responsabilizar o Estado pelos danos?	1097
6. Contratos bancários e impossibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado: exceção ao sistema de nulidades do CDC	1099

7. Diálogo das fontes em favor do consumidor: prazos prescricionais.....	1100
8. Inscrição indevida em cadastros negativos.....	1101
9. Responsabilidade civil das seguradoras: questões relevantes.....	1103

Capítulo XI ► Responsabilidade Civil do Transportador 1111

1. Contextualização.....	1112
2. Transporte de pessoas.....	1113
2.1 Danos conexos e danos não conexos ao transporte: distinções relevantes.....	1113
2.2 Transporte gratuito ou de mera cortesia: hipótese em que a culpa leve não basta?.....	1114
3. Transporte aéreo.....	1120
4. Transporte de cargas.....	1126

Capítulo XII ► Responsabilidade Civil dos Construtores..... 1129

1. Construção civil: crescimento e contextualização social.....	1130
2. Um sistema híbrido de regras: o diálogo das fontes (CDC, Código Civil e Lei nº 4.591/64)...	1130
3. Incorporação imobiliária (Lei nº 4.591/64).....	1133
4. Empreitada (Código Civil, arts. 610 a 626).....	1135
5. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	1137
6. A chamada lei anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei nº 12.846.....	1140

Capítulo XIII ► Responsabilidade Civil Automobilística..... 1145

1. Os tristes números brasileiros no trânsito: cerca de 50 mil mortes por ano.....	1146
2. Dialogando entre formas e fontes de responsabilidades distintas: objetiva e subjetiva, pública e privada.....	1151
3. Responsabilidade estatal objetiva por ações ou omissões na matéria.....	1153
4. Há casos de responsabilidade civil objetiva na responsabilidade civil automobilística?.....	1154
4.1 A teoria do risco pode, em alguma hipótese, ser aplicável à responsabilidade civil automobilística?.....	1156
5. Questões específicas da responsabilidade civil automobilística.....	1157
5.1 O proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor?.....	1157
5.2 Danos causados na condução de carros roubados ou furtados.....	1160
5.3 Quem pode ser considerado o proprietário do veículo? A questão do registro nos órgãos de trânsito.....	1162
5.4 Locadoras de veículos: a responsabilidade civil pelo uso do carro locado.....	1163
5.5 A teoria do corpo neutro: quando o veículo é mero agente físico do prejuízo.....	1164
6. A questão da culpa e do nexo causal: analisando situações específicas.....	1165
7. Danos materiais e pensões periódicas: natureza e duração.....	1172
8. Danos a coisas e danos a pessoas: um norte hermenêutico.....	1174

Bibliografia 1177